

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - AQUISIÇÕES

Em atendimento à INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, de 22 de maio de 2020, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento que integra a primeira fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação; descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico.

I - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. Constitui objeto deste documento a aquisição de equipamentos, acessórios e suprimentos de informática visando atender às necessidades da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia. Tal ação justifica-se tendo como base o Item 04 do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2017-2022 (2ª Revisão) da CODEVASF, que visa garantir a estrutura de TI apropriada para as atividades administrativas e finalísticas - atender às metas e padrões estabelecidos e proporcionar os recursos tecnológicos necessários para o adequado desempenho das atividades administrativas e finalísticas, visando dar condições à realização das atividades laborais dos empregados da CODEVASF - 2ª SR objetivando a execução de políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino.
- 1.1. Com a crescente demanda da sociedade pelos serviços executados pela CODEVASF - 2ª SR, a CODEVASF necessita manter e também melhorar seu parque de informática, equipando a Superintendência com as melhores tecnologias de hardware e software no intuito de garantir o bom funcionamento e a eficiência dos serviços prestados em sua área de abrangência. A grande demanda se aplica especialmente nesta época em que vivemos as consequências da pandemia, de forma que a 2ª/GRG/UTI planeja o certame em questão visando o cumprimento das atividades laborais de seus empregados, e naturalmente propõe uma infraestrutura adequada de equipamentos de informática e suprimentos de impressão que garantam a continuidade das atividades meio e fim, sem prejuízo a sociedade.

II - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**2.1. Dos Normativos que Disciplinam a Contratação**

2.1.1. O procedimento obedecerá, integralmente, aos seguintes normativos:

- a) Lei nº 10.520/2002
- b) Lei nº 13.303/2016
- c) IN nº 40/2020
- d) Decreto nº 10.024/2019



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

e) Decreto nº 7.892/2013.

2.2. A partir da aquisição de equipamentos eletrônicos e acessórios de informática e suprimentos de impressão, proporcionar condições de realização do trabalho aos empregados da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF.

2.3. Motivação da contratação:

- a) Benefícios diretos e indiretos que resultarão das aquisições:
Com a aquisição de equipamentos, acessórios e suprimentos de informática, a 2ª SR proporciona aos empregados ferramentas essenciais para a execução trabalho, visto que a utilização de recursos tecnológicos na última década tem crescido sobremaneira em relevância e abrangência, abarcando os mais diversos setores da empresa. E considerando o período atual pós-pandemia, em que praticamente todo o fluxo laboral tem convergido para o universo tecnológico, é primordial que a empresa proveja o colaborador com o máximo de qualidade ferramental;
- b) Conexão entre a contratação e o planejamento existente:
Fornecer ferramentas de trabalho aos empregados, buscando viabilizar o desenvolvimento de ações que promovam o desenvolvimento nos municípios que fazem parte da área de abrangência da 2ª SR.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de aquisição para os insumos em pauta, com ampla procura no comércio nacional. Foi realizada pesquisa de mercado no Painel de Preços, utilizando-se pregões já homologados por outros órgãos públicos.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Consiste na realização de Pregão Eletrônico para fornecimento de equipamentos, acessórios e suprimentos de informática no âmbito da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, no estado da Bahia.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. As estimativas das quantidades a serem adquiridas foram baseadas nas demandas recebidas das áreas requerentes, bem como de levantamento analítico da 2ª/GRG/UTI tendo como fundamento a vivência diária da Unidade no que tange à estimativa de consumo dos suprimentos e vida útil dos equipamentos, além de experiências com pregões de anos anteriores;

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

VI - DEFINIÇÃO DO MÉTODO PARA ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU DOS MEIOS DE PREVISÃO DE PREÇOS REFERENCIAIS.

6.1. A estimativa de preços foi realizada em conformidade com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, de 27 de julho de 2020, que dispõe sobre os procedimentos de licitações e contratações de obras, serviços, inclusive os de publicidade institucional, compras, locações, concessões de uso de áreas, permissões e alienações de bens e outros atos de interesse da CODEVASF, no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

6.1.1. Assim, a pesquisa de preços deve ser realizada mediante os seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>;
- II - Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- III - Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
- IV - Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência, por meio de parecer de custo.

§ 2º - Serão utilizados como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

§ 3º - Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados.

§ 4º - Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 5º - Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 6º - Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de 3 (três) preços ou fornecedores.

6.3. - Diante do exposto, o valor referencial para a contratação é de R\$ 345.628,42 (trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e dois centavos), constituindo o valor máximo para contratação.



Ministério do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1. A opção pelo registro de preços guarda relação com o artigo 3º, inciso II, do Decreto nº 7.892/2013, levando em conta a experiência satisfatória obtida em aquisições dos exercícios de 2021 e 2022, nos quais o fornecimento do material foi feito de forma parcelada, atendendo proporcionalmente a demanda de curto prazo.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Não aplicável. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

9.1. A demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento é viável pela especificidade de atuação da **CODEVASF**, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº 200/67, art. 4º, I "b"), inscrita no CNPJ sob o nº 00.399.857/0001-26; que tem em seu quadro 141 (cento e quarenta e um) empregados na 2ª Superintendência Regional, além de vários estagiários e colaboradores terceirizados, o que exige da empresa um parque de informática capaz de proporcionar o desempenho satisfatório das atividades laborais dos empregados visando a execução das políticas públicas de desenvolvimento regional.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. O resultado pretendido é a melhoria do parque tecnológico da 2ª SR.

XI - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Dentre as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, consta a indicação em TR do fiscal que acompanhará todos os trâmites ao cumprimento das Ordens de Fornecimento – OF.

No processo administrativo pertinente à contratação de fornecimento constam todos os documentos cabíveis e necessários emitidos para o fiel cumprimento do objeto proposto, instrumento que irá nortear as ações competentes da fiscalização nomeada para tal.

XII - IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

12.1. A empresa que se candidatar ao processo licitatório deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

**Ministério do Desenvolvimento Regional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional

- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

No mais, em que for cabível.

XIII - SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. O posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade desta contratação se constata uma vez que os insumos a serem adquiridos estão disponíveis no mercado nacional, admitindo amplas possibilidades de concorrência entre fornecedores.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

XIV - CLASSIFICAÇÃO NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.

14.1. Não aplicável.

XV - DA MATRIZ DE RISCOS

15.1. A Matriz de Risco aplica-se ao projeto em questão e encontra-se anexa neste processo eletrônico.

XVI - EXCEÇÕES À ELABORAÇÃO DOS ETP

17.1. Verificado atendimento ao artigo 8º da elaboração dos ETP, nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV, VI e XV do art. 29 da Lei nº 13.303/2016. Não aplicável.

Bom Jesus da Lapa, 20 de abril de 2023.

Cristiana Gontijo Maciel Cagafna
Analista em Desenvolvimento Regional
2ª/GRG/UTI